

<p>Componente:</p> <p>PROGRAMAS REGIONAIS DE RECURSOS HÍDRICOS</p>
<p>Programa:</p> <p>PROGRAMA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS E CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO</p>
<p>Introdução:</p> <p>O PROGRAMA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS E CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO tem por objetivo o fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, fomentando o uso racional dos recursos hídricos no Semi-árido brasileiro e a ampliação da oferta de água de boa qualidade.</p> <p>O Programa reconhece a importância da condução associada de obras e práticas de gestão, considerando as obras como a parte sólida de um processo de gestão de recursos hídricos.</p>
<p>Contexto e Justificativas:</p> <p>O presente programa justifica-se pela necessidade de promover a gestão integrada dos recursos hídricos na região do Semi-árido brasileiro, com vistas à melhoria da qualidade de vida das populações daquela área.</p>
<p>Conceitos e Diretrizes:</p> <p>No que concerne ao segundo conjunto de macrodiretrizes do PNRH, o qual se refere especificamente ao ordenamento institucional da gestão integrada de recursos hídricos no Brasil, pode-se citar como diretrizes do Programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, qualificando e aprimorando a atuação dos entes do SINGREH, bem como, efetivando a articulação entre as entidades que o integram; • Apoiar a organização dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHs), construindo e consolidando capacidades, por meio da adoção de políticas consistentes e robustas de capacitação e fixação de quadros nas entidades, com vistas à descentralização de funções e competências; • Consolidar o marco legal e institucional existente, promovendo, a mútua adequação do SINGREH e o ordenamento administrativo do aparelho estatal brasileiro; a adequação do modelo preconizado na Lei nº 9.433/97 frente à diversidade socioambiental do país e as necessidades de regulamentação da legislação de recursos hídricos; • Promover a implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos na região do Semi-árido brasileiro, conforme os aspectos instrumentais definidos nas macrodiretrizes desse conjunto; <p>No que diz respeito ao terceiro conjunto de macrodiretrizes do PNRH, que menciona a importância das articulações setoriais e institucionais, pode-se citar como diretrizes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a dimensão sustentável do desenvolvimento a partir da gestão da água ou de sua valorização como elemento estruturante para implementação de políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social; • Promover a gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos, considerando, no caso de secas, as possibilidades de convivência com o Semi-árido e a otimização da capacidade de suporte do ambiente, bem como as potencialidades da biodiversidade, acrescidas da valorização do importante arsenal cultural local, consolidado por comunidades tradicionais e povos indígenas, com destaques para as questões de gênero, de geração e de etnias; • Promover a gestão da oferta, por intermédio da ampliação, racionalização e o reuso da água,

considerando as especificidades socioambientais, levando em conta a inovação e a modernização de processos tecnológicos e a utilização de práticas operacionais sustentáveis;

- Promover a gestão da demanda, considerando a otimização e a racionalização do uso da água, por meio da diminuição do consumo e da geração de efluentes, assim como as necessidades de modificações e adequação dos padrões de consumo e variáveis do uso e ocupação do solo;
- Promover a gestão de conflitos pelo uso da água, passando, fundamentalmente, pelas instituições e ferramentas oferecidas pela Política de Recursos Hídricos, pelo estabelecimento de mecanismos de incentivos, pelo planejamento articulado entre os setores e níveis de governo, assim como, pela disseminação de experiências bem-sucedidas nesse campo;
- Considerar as ações integradas de conservação de solos e água no âmbito do manejo de microbacias no meio rural;
- Buscar a otimização do uso da água pela agricultura irrigada, mediante a adoção de tecnologias mais eficientes, bem como do manejo na irrigação sob o entendimento de que as elevadas demandas do setor agrícola constituem o principal vetor de conflitos potenciais por usos múltiplos da água.

Objetivo(s) geral(is) e objetivos específicos:

Geral: Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população do Semi-árido brasileiro, por meio do aprimoramento da gestão dos recursos hídricos, de forma a garantir a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos.

Específicos:

- Consolidar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio da implantação e aprimoramento dos instrumentos de gestão e do fortalecimento institucional dos organismos gestores de recursos hídricos;
- Ampliar a eficácia e a eficiência da gestão dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, de forma descentralizada e participativa;
- Promover a recuperação, complementação e implantação de obras de infra-estrutura, observando os princípios de sustentabilidade hídrica;
- Promover a integração e transversalidade das demais políticas, planos, programas, e projetos com interface com a gestão de recursos hídricos.

Ações previstas:

- Ações de fortalecimento institucional dos órgãos gestores de recursos hídricos nos Estados.
- Estudos e Projetos na área de recursos hídricos.

Ações Executadas ou em curso (referência Jul/08):

- Convênios com 10 Estados do Nordeste mais Minas Gerais para ações de gestão de recursos hídricos.
- Atlas Nordeste (estudo contratado e em execução)
- Mais de 50 licitações em andamento, entre consultorias e aquisições de bens, para apoio aos sistemas estaduais de recursos hídricos, à ANA, SRHU e DNOCS.

Área de abrangência e beneficiários:

Os Estados inseridos na região do Semi-árido brasileiro: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Maranhão.

Os beneficiários diretos chegarão a mais de três milhões e meio de pessoas.

Executores e Intervenientes:

ANA e SRHU/MMA como executores. Órgãos Gestores Estaduais, demais entes do SINGREH e organismos atuantes na região, com temática relacionada aos recursos hídricos, como intervenientes.

Preços e fontes de recursos:

Governo Federal e Governos dos Estados beneficiários do Programa e/ou Financiamento Externo.

Cronograma Físico-Financeiro:

Atividades	2007	2008	2009
Convênios com Estados do Nordeste			
Execução de Projetos para Demais Estados			
Execução de projetos da Agenda Federal (ANA, SRHU e DNOCS)			

Operacionalização dos investimentos

As ações de execução orçamentária e financeira serão realizadas diretamente pela ANA e SIH/MI e, de forma descentralizada, pelos Estados, por intermédio do Órgão Gestor Estadual de Recursos Hídricos. Tanto a nível Federal quanto Estadual, poderá haver descentralização para outras instituições.